

KINIKINAU: DINÂMICA TERRITORIAL NOS PROCESSOS E VIVÊNCIAS

KINIKINAU: TERRITORIAL DYNAMICS IN PROCESSES AND EXPERIENCES

KINIKINAU: DINÁMICAS TERRITORIALES EN PROCESOS Y VIVENCIAS

João Evaldo Ghizoni Dieterich

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
joaoevaldo2009@hotmail.com

Jones Dari Goettert

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
jonesdari@ufgd.edu.br

RESUMO

Os Kinikinau, descendentes dos Guaná, se constituem em um dos grupos étnicos presentes no estado de Mato Grosso do Sul. Dentro do processo de luta para o retorno ao seu território tradicional figura o grupo Kinikinau, que até meados dos anos 1990 era considerado extinto pelo Estado Nacional, e que está em processo constante de reorganização social e busca por seus direitos como povo originário. Analisamos, assim, a dinâmica do território no qual encontram-se inseridos os Kinikinau, compreendendo processos de interação do grupo com os demais povos; o impacto que a Guerra da Tríplice Aliança causou sobre o grupo, expulsando-os de seus territórios e deixando-os como vagantes e desterritorializados; assim como a manutenção da identidade étnica como processo de resistência. Abordamos a importância do território para as populações, principalmente para as etnias indígenas, que imbricam neste uma importância e significado totalmente diferenciados.

Palavras-chave: Desterritorialização. Resistência. Direitos tradicionais. Reconquista Territorial. Direitos Indígenas.

ABSTRACT

The Kinikinau, descendants of the Guaná, are one of the ethnic groups present in the state of Mato Grosso do Sul. Within the fighting process for the return to their traditional territory is the Kinikinau group, which until the mid-1990s were considered extinct by the National State, and which are in a constant process of social reorganization and quest for their rights as original people. We analyzed, therefore, the dynamics of the territory in which the Kinikinau are inserted, comprising processes of interaction between the group and other peoples, as well as the impact that the Triple Alliance War caused on the group, which expelled them from their territories leaving them as wanderers and deterritorialized, such the maintenance of ethnic identity as a process of resistance. We approach the importance of the territory for the populations, mainly for the indigenous ethnic groups, which imbricate in it a totally different importance and meaning.

Keywords: Deterritorialization. Resistance. Traditional Rights. Territorial Reconquest. Indigenous Rights.

RESUMEN

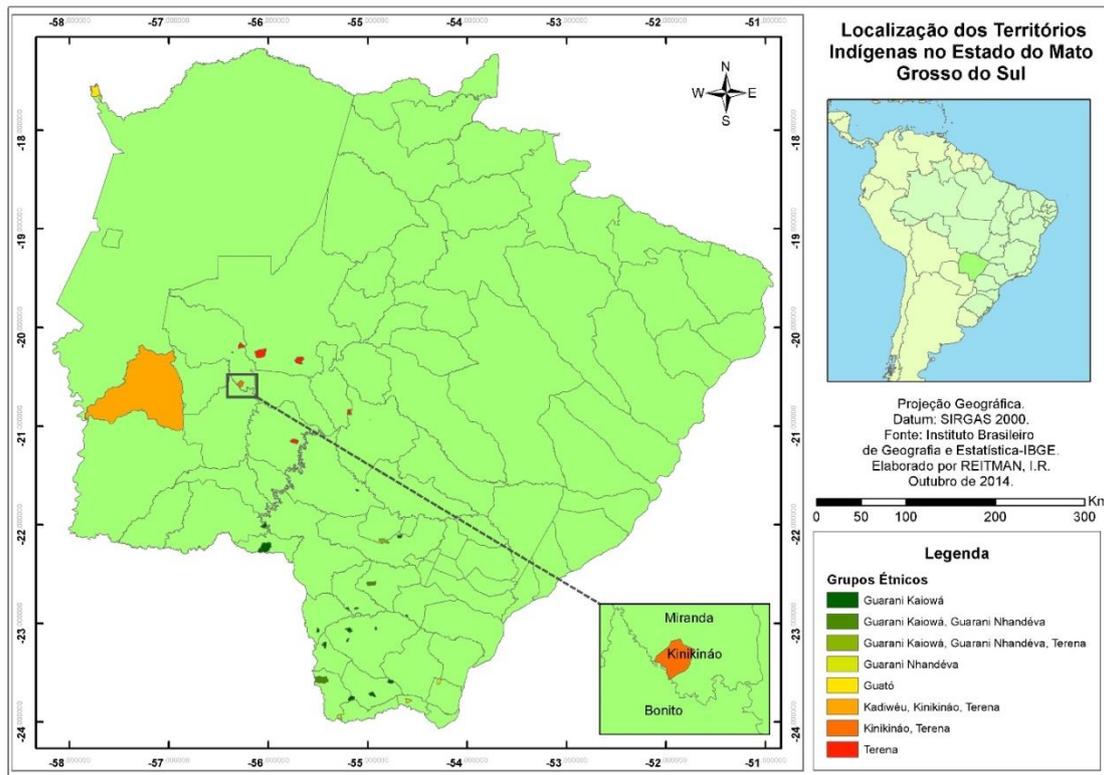
Los Kinikinau, descendientes de los Guaná, son una de las etnias presentes en el estado de Mato Grosso do Sul. Dentro del proceso de lucha por el retorno a su territorio tradicional se encuentra este pequeño grupo, que hasta mediados de la década de 1990 fueron considerados extintos por el Estado Nacional, y que se encuentran en un constante proceso de reorganización social y búsqueda de sus derechos como pueblo originario. Analizamos, entonces, las dinámicas del territorio en el que se insertan los Kinikinau, comprendiendo procesos de interacción entre el grupo y otros pueblos, así como el impacto que causó en el grupo la Guerra de la Triple Alianza, que los expulsó de sus territorios. Dejándolos errantes, desterritorializados y el mantenimiento de la identidad étnica como proceso de resistencia. Abordamos la importancia del territorio para las poblaciones, principalmente para las etnias indígenas, que imbrican en él una importancia y significado totalmente diferente.

Palabras clave: Desterritorialización. Resistencia. Derechos Tradicionales. Reconquista Territorial. Derechos Indígenas.

INTRODUÇÃO

Considerados por órgãos oficiais do Estado brasileiro como extintos entre a década de 1920 e meados de 1990, os Kinikinau vêm se organizando para reconquistar seus direitos. Mais recentemente, após sua desinvisibilização, recuperaram direitos garantidos pela Constituição Federal, os quais não eram disponibilizados anteriormente, como o caso da alfabetização em língua materna. Porém, seu principal objetivo é a conquista do território tradicional, este sendo considerado a localidade de Agaxi, que, segundo Flores (2010), teria a Fazenda Paraíso como um ponto referencial, ficando próxima à entrada da aldeia Bananal, ao lado direito da BR-262, no sentido da cidade de Aquidauana para Miranda.

Figura 1 – Localização das aldeias indígenas do estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Organizado por Reitman, (2014).

Analisamos, assim, a dinâmica do território no qual encontram-se inseridos os Kinikináu. Essa dinâmica compreende processos de interação do grupo com os demais povos, bem como o impacto que a Guerra da Tríplice Aliança¹ causou sobre essa etnia. A Guerra os expulsou de seus territórios, deixando-os como desterritorializados e estabelecendo a luta pela manutenção da identidade étnica como processo de resistência.

Neste trabalho, abordaremos a importância do território para as populações, principalmente para as etnias indígenas, que imbricam neste uma importância e significado totalmente diferenciados. Os indígenas Kinikináu, independentemente do lugar, desenvolvem suas práticas diárias e ritualísticas, em um reterritorializar-se sobre o território tradicional de outras etnias.

Metodologicamente, trabalhamos, durante o tempo de desenvolvimento da pesquisa, na realização de entrevistas com alguns integrantes da etnia, lideranças, anciões,

¹ “A participação dos índios na Guerra da Tríplice Aliança foi para o Império brasileiro de importância imensurável, pois serviram como conhecedores, espiões e guias da região e, segundo Vargas (2005), estes índios se fizeram presentes lutando contra os paraguaios, além de abastecer o exército brasileiro com informações e alimentação.” (GARCIA; CASTILHO. 2017, p. 79).

além de participarmos de sua primeira assembleia, realizada no mês de novembro de 2014, na cidade de Nioaque – MS. As entrevistas foram baseadas em conversas livres com os participantes e os questionamentos foram voltados ao objetivo desta pesquisa. Dessa forma, utilizamos um diálogo aberto, sem a restrição que as perguntas fechadas por vezes causam.

Os sujeitos foram entrevistados na aldeia Mãe Terra, no município de Miranda, e no assentamento Taquara, no município de Nioaque, no período de abril a novembro de 2014, sendo realizadas cerca de dez entrevistas nesse período com indivíduos da etnia e com as lideranças Terena que os acolheram.

Encontramos dificuldade em relação às pesquisas principalmente porque, na ocasião, os Kinikinau estavam se deslocando e se espalhando por inúmeras aldeias Terena, o que gerou boatos de que estariam presentes em determinados lugares, porém não estavam resultando em viagens nas quais não encontrávamos nenhum membro da etnia.

Assim, o que desenvolvemos é fruto de um árduo trabalho de pesquisa, já que, por terem sido considerados extintos, não encontramos fartura de documentos e trabalhos realizados sobre aquela etnia.

Em entrevistas realizadas com os Kinikinau em trabalhos anteriores e neste, foi relatado que a reconquista do território tradicional garantiria a continuidade de sua etnia e a sobrevivência das futuras gerações. Portanto, o território aqui expresso pelos entrevistados é considerado, segundo a noção de sustentáculo da vida e da cultura, como uma forma de garantir a existência étnica historicamente construída pelo grupo em questão.

O PROCESSO HISTÓRICO DOS GUANÁ

Segundo Castro (2010, p. 53-54), os “Chané-Guaná tiveram seus primeiros registros efetuados pelos conquistadores espanhóis e pelos missionários da Companhia de Jesus” em meados do século XVI. Os Kinikinau, naquele século, eram classificados como subtribo da Nação Guaná. Seus primeiros registros oficiais como Kinikinau ocorreram em meados do século XVIII.

Com o avanço dos espanhóis para o interior das terras do oeste da América do Sul, no século XVI, ocorreram contatos com povos originários antes não conhecidos; dentre estes encontrava-se o povo Guaná². Esse povo chamou a atenção dos colonizadores em decorrência do seu *ethos* específico, sendo considerados dóceis, pacíficos, como relata Castro (2010, p. 87), afirmando que “a primeira identificação dos Guaná correspondeu à conhecida classificação dos povos ameríndios iniciada por Colombo, em índios pacíficos, dóceis e amigos [...]”³.

Segundo Castro (2010), os Guaná tiveram contato com os Cabeza de Vaca a norte do Chaco⁴, na foz do rio Cuiabá. Seus assentamentos estavam entre os paralelos 18 e 23, indo a Oeste, fazendo limite com o Peru. Segundo a autora, os Guaná já se encontravam divididos em quatro subgrupos, que compunham um dos mais numerosos do Chaco, com cerca de 19 mil índios. Com relação ao modo de ser dos Guaná, assim tem sido destacado por Azara (1990 *apud* SOUZA, 2008, p. 111):

Os Guaná são pacíficos e dóceis, sofrem com paciência a invasão e temporadas de permanência dos Mbayá do Oeste em suas terras, roubando o que têm de melhor em suas lavouras e em suas casas. Por sua vez os Guaná voluntariamente deixam sua terra abandonada e vão misturar-se aos Mbayá por toda parte, e ali trabalham sem outra remuneração que não sejam os favores que recebem das mulheres e a satisfação de montar cavalos que não possuem em suas terras.

É especificada também a relação de reciprocidade estabelecida entre as etnias. Mediante trocas de favores, os Guaná, como exímios produtores de alimentos, realizavam trocas dos produtos de suas lavouras por proteção dos Mbayá; pelo direito de usufruir das terras destes para o plantio de suas roças; ou como caminho para ir a outras localidades para a realização da venda de seus produtos a outros grupos, como, por exemplo, os europeus que se instalaram próximos ao rio Paraguai.

² O termo Guaná era assim usado pelos cronistas dos séculos XVI até a migração para o território brasileiro, passando a serem reconhecidos conforme sua autodenominação étnica só após este período.

³ Desta forma segue a classificação que os colonizadores faziam dos indígenas presentes em suas colônias, onde aqueles que contribuíam para os interesses coloniais eram “classificados” enquanto índios bons; já aqueles que apresentavam resistência às ações coloniais eram colocados como infiéis aos interesses coloniais e deveriam ser subjugados ou mesmo exterminados. Sendo assim, a classificação entre bom e ruim ficava a cargo das estratégias colonizadoras. Não é raro vermos em documentos ou análises históricas do período etnias que foram em algum momento inimigas tornarem-se aliadas do Estado Colonial, e vice e versa.

⁴ Segundo Castro (2010, p. 71), “O nome Chaco foi usado inicialmente para se referir a Província de Tucuman, posteriormente utilizado para designar uma ampla planura, abrangendo terras dos atuais estados da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil.”. Essa área assemelha-se ao Pantanal brasileiro.

Dentro dessa inter-relação de grupos, Castro (2010) diz que os Guaná representaram a fonte de abastecimento dos mais variados gêneros alimentícios, de peças de tapeçaria e de mulheres, em alguns casos. Além disso, faziam frente na fileira de combate que os Mbayá pudessem vir a montar, recebendo em troca a terra, a proteção e a maioria das ferramentas de trabalho que utilizavam.

As percepções Guaná em relação aos traços identitários pertinentes a suas atividades (produtivas e sociais) podem, segundo Castro (2010, p. 160), estar relacionadas ao mito dos gêmeos “Yurikoyuwakai”, que segundo a mitologia Kinikinau foram os fundadores da Cultura dos Guaná:

O mito mostra que os irmãos tinham características sociais diferentes, mas, complementares: um era andador, fundador de novas colônias, incorporador de novos indivíduos (“chanema”, acompanhante), viajante, agressivo guerreiro, raptor de mulheres; o outro irmão era organizador da vida em aldeia, o mantenedor da unidade local, e aquele que propiciava uma intensiva economia agrícola (CASTRO, 2010, p.160-161).

Esse elemento de permanência do mito fundador dos Guaná, aqui apresentado por Castro, pode dar-nos a ideia da formação de sua identidade “produtora” (principalmente os Kinikinau). Os Guaná representavam, no Chaco, uma fonte segura e constante de abastecimento para as variadas etnias com as quais possuíam algum laço relacional, como os Mbayá. Em relação a traços míticos podemos citar ainda:

Azara (1990 [1809]) afirma que os Chané (Guaná) não possuíam qualquer ritual de adoração, mas acreditavam em um deus dotado de corpo, que premiava os bons e castigava os maus. Azara acrescenta ainda que esses indígenas festejavam a lua nova com grande alarido, fazendo pedidos de boas venturas, durante seu ciclo. O mesmo procedimento era repetido também durante a aparição das Plêiades (SOUZA, 2008, p.22).

Esse simbolismo de premiar os bons e castigar os maus pode ser referenciado à forma como os subgrupos descendentes se apresentam como indivíduos resignados, não se envolvendo em processos discordantes do bem-estar social.

Em seus documentos oficiais, os colonizadores espanhóis registravam os indígenas dessa nação de forma genérica, como Chané-Guaná. São raros os registros que identificam o subgrupo que estava sendo descrito. Segundo os dados históricos levantados por Castro (2010), os Guaná participaram do processo de colonização espanhol até o final

do século XVIII; a partir de então, estabeleceram relações mais estáveis com a população e os governantes luso-brasileiros.

OS GUANÁ NO BRASIL

As primeiras informações da etnia no Brasil estão em registros documentais pertencentes à província de Mato Grosso, em meados do século XIX. Segundo Castro (2010), o processo de migração do território paraguaio para o brasileiro se deu na segunda metade do século XIX. Por meio da travessia do rio Paraguai, os Kinikinau migraram para as proximidades do rio Miranda, próximo ao município de Miranda, na antiga província de Mato Grosso, porção territorial que corresponde ao atual estado de Mato Grosso do Sul⁵.

Os Kinikinau foram reunidos, no ano de 1819, na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia, em Albuquerque. Devido a seus traços produtores e comerciantes, os governantes tiveram o interesse de ingressá-los na catequese. Além das atividades voltadas para a moral da religião cristã, era estimulada a produção agrícola para o sustento dos militares instalados na região (CASTRO, 2010).

A Missão era dirigida pelo missionário capuchinho José de Maria de Macerata. Nesse período, os presidentes de capitânicas já não consideravam haver diferenças entre os demais subgrupos Guaná e os Kinikinau, como relata Silva nesta passagem:

O fato dos Kinikináo terem sido reunidos no ano de 1819 em Albuquerque, pelo missionário capuchinho José Maria de Macerata, para serem catequizados na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia. Além disso, o diretor João Baptista e Oliveira, da Diretoria Geral dos Índios, considerava que não havia diferença entre Guaná e Kinikináo, pois segundo ele: Guaná e Kinikináo são todos Guaná e o bem se fazia a um aproveitava-se a outros” (2001, p. 10).

O religioso Macerata dizia que os Guaná eram merecedores de particular atenção, igualando-se a eles os Kinikinau, pois eram do mesmo “partido”. Somavam cerca de quatro mil guanás e demonstravam-se dóceis e devotados às instruções e a todos os

⁵ A divisão dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ocorreu no ano de 1977, sendo ratificada em 1979.

exercícios religiosos de piedade e da religião que lhes eram passados diariamente (SILVA, 2001).

A partir do ano de 1843, os relatórios de religiosos como o missionário José Maria Macerata passam a considerar que cada subgrupo é uma nação. Os Terena eram considerados uma nação pouco numerosa, porém já havia recebido o batismo. Os Kinikinau eram descritos como os “amantes das lavouras” (SILVA, 2001).

No ano de 1845, iniciam-se os registros diretos sobre os Kinikinau. Estes ocupavam terras próximas a Albuquerque e possuíam outro aldeamento em Miranda. Foram descritos como nada notáveis: suas habitações eram de palha, dispostas em círculo em torno de uma praça (SILVA, 2001).

Oficialmente, os registros individualizados das etnias começaram a ocorrer a partir de 1846, quando a Diretoria Geral dos Índios estabelece diferenciadores étnicos, em que a sua principal forma de diferenciar as etnias, estava na localização das suas habitações (CASTRO, 2010).

Metraux (apud SOUZA, 2008, p. 113) relata que em 1850 “[...]existiam duas vilas de Kinikinau entre os municípios de Miranda e Albuquerque, e eles eram cerca de mil (1000) índios.” Segundo Souza (ibid.), se esta informação estiver correta, metade dos indígenas Kinikinau atravessaram o rio Paraguai para o Brasil, pois em relatos anteriores ao de Metraux é expressa a quantidade de cerca de dois mil indígenas dessa etnia residindo no Chaco paraguaio.

Os Kinikinau foram considerados pelas fontes oficiais, naquele período, como um dos melhores povos em cultivar a terra. Compreendemos que continuavam com sua característica de produtores, num contexto em que trocam o domínio dos Guaicuru⁶ pelo dos luso-brasileiros.

Silva (2001, p. 63) afirma que, em 1845, Castelnau descreveu que na freguesia de Albuquerque⁷ existiam setenta casas construídas em barro, alinhadas em

⁶ Conforme Schindler (1983, p. 20 apud. HERBERTS, 1998, p. 43), “constatou-se que os Guaycurú e os Mbayá podiam ser considerados uma subdivisão da mesma tribo no início do século XVII. Por isso, em seguida, essa etnia foi denominada de Guaycurú-Mbayá, salvo em situações que admitiam tratamentos diferenciados”.

⁷ A partir de 1819, a missão de Nossa Senhora da misericórdia passou a ser conhecida como Albuquerque. Em 1850, esta passou à categoria de Vila, sendo oficialmente chamada de Albuquerque nova, diferenciando-a, assim, da Albuquerque velha (província), onde encontrava-se uma povoação que posteriormente tornou-se Corumbá (SILVA, 2001).

ambos os lados de uma larga praça que abrigava no centro uma grande cruz e, em uma de suas extremidades, uma capela. Viviam ali setenta e seis brasileiros, sendo que quarenta eram soldados. Cerca de dois mil índios habitavam os arredores da freguesia, onde muitos deles se instalavam e costumavam visitar.

De acordo com o Relatório da Diretoria Geral dos Índios do ano de 1872, existiam cerca de mil indígenas Kinikinau habitando entre as cidades de Albuquerque e Miranda. Ressaltava-se que eram exímios agricultores e que trabalhavam para os não índios. Segundo os relatos dos cronistas, os Laiana, os Terena e os Kinikinau construíram suas aldeias perto do forte Coimbra e das vilas das serras do Albuquerque; os demais grupos étnicos se estabeleceram aos arredores da Serra de Maracaju (SOUZA, 2008).

Os aldeamentos que mais se aproximaram do disposto no Regulamento das Missões, segundo os dados da Diretoria Geral dos Índios, foram o dos Guaná, na freguesia de Albuquerque, e o dos Kinikinau, na localidade denominada de Mato Grande. Esses aldeamentos eram considerados como exemplares. Em Mato Grande foi criado o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, habitado pelos Kinikinau. Já os Guaná habitavam a Missão Nossa Senhora da Misericórdia (CASTRO, 2010).

Havia em todos os aldeamentos um chefe ou capitão dos índios. Este era nomeado pelo presidente provincial ou pelo diretor geral. Tinha de ser batizado na religião cristã e obrigatoriamente falante da língua portuguesa. Eram eles os indígenas que os administradores procuravam para tratar de assuntos diretos da aldeia. Há relatos de que esses capitães nem sempre eram respeitados pelos demais de sua etnia, não recebendo respeito nem atenção a seus atos e ordens (SILVA, 2001).

ESTRUTURAS RELACIONAIS

Os Kinikinau sempre obtiveram fortes laços relacionais com os demais povos que habitavam o Chaco. Podemos considerar os subgrupos Guaná como a primeira forma de relacionamento intergrupar que os Kinikinau estabeleceram. Estes, os Guaná, eram descritos como uma grande nação que se dividia em quatro subgrupos distintos que estavam localizados em moradias sempre próximas, dividindo os mesmos locais de cultivo e convívio, considerando-se (ou sendo considerados) como diferentes conforme demonstrassem seus traços culturais (SILVA, 2008).

Todos afirmam que os Guaná (Kinikinau, Terena, Layana e Guaná/Exoaladi) eram grupos distintos, cada um tinha suas aldeias; porém, a cultura e os rituais eram muito semelhantes e, inclusive, comunicavam-se facilmente, pois a língua também era bem parecida, com pequenas diferenças fonéticas, lexicais e gramaticais, que não lhes impunham dificuldades na compreensão (SILVA, 2008, p. 21).

Um segundo aspecto que podemos considerar nesse tópico são os laços relacionais que tais grupos estabeleciam com as demais etnias. Segundo Jesus (2007), no século XVII foi identificada por Azara essa “ligação” entre os Guaná e a etnia Mbayá. O autor narra que os Guaná iam em bandos para junto dos Mbayá para servi-los, obedecendo suas ordens e cultivando sua terra; e, apesar de parecer um processo de escravidão, os Guaná submetiam-se voluntariamente a tal processo, não sendo esclarecido o motivo de sua submissão aos Mbayá. Segundo Silva (2008), os relatos históricos revelam que os Guaná eram dez vezes maiores em número populacional que os Mbayá; possuíam os mesmos armamentos, porém não dominavam tão bem a montaria em cavalos como os demais.

Esse modelo histórico permanece e os Kinikinau mantêm seu traço histórico: sempre próximos e em relacionamento direto com as demais etnias que cedem territórios para que habitem, auxiliando tais grupos em suas necessidades em troca de morada em seu território, enquanto não conseguem acesso ao próprio território tradicional.

Um terceiro aspecto que podemos mencionar são as relações estabelecidas entre os subgrupos Guaná com os colonizadores e missionários, no período em que habitaram nas Missões que foram instaladas na região da América “Portuguesa”, como cita Castro:

As informações constituídas nesse período permitem vislumbrar alguns dos movimentos de territorialização, isto é, de fixação territorial dos Kinikinau, após sua entrada no território brasileiro: na Missão Nossa Senhora da Misericórdia, nas proximidades de Albuquerque, junto com os Guaná, entre 1819 e 1823; no aldeamento de Bom Conselho, até 1863, em Mato Grande, com aproximadamente 800 Kinikinau (Leverger, 1862); nas proximidades de Miranda, desde o final do século XVIII e até aproximadamente 1920, quando se intensifica a sua dispersão pelas fazendas da região sul do antigo Mato Grosso e aldeias de outras etnias (2010. p. 24).

Essas foram as missões onde os Kinikinau habitaram durante o processo de migração e instalação dentro do território brasileiro, aí estabelecendo suas relações

sociais, dentre elas o comércio, muito citado pela autora⁸. Ao buscarem proteção na missão, aprendiam ofícios, cuja mão de obra os brancos necessitavam, e comercializavam de forma direta seus produtos.

Nessa missão, os indígenas, de modo geral, serviam como fonte produtora de alimentos para os povoados e instalações militares, já que, geralmente, suas habitações ficavam localizadas próximas a estes locais, demonstrando-se, dessa forma, como ocorria um benefício mútuo entre os indígenas das missões e os demais indivíduos.

O Estado se servia de diversas formas com as missões. Além de consolidar a ocupação do território por meio do adensamento populacional, a pretensa “domesticação” dos povos indígenas também garantia o sustento dos militares que faziam a proteção das fronteiras nacionais com os produtos produzidos pelos indígenas daquelas localidades.

As aldeias possuíam um perfil “civilizador” mediante a evangelização e conversão dos indígenas, sendo inseridos nos “modos tradicionais” brancos, isto consistindo em ensinar-lhes a leitura e a escrita, costura e rendas, e a cultura, o que levava a “resplandecer a ordem” na missão.

Segundo Castro, no ano de 1823 o frei Macerata foi nomeado Vigário Apostólico. Quando ele foi transferido para a Cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, a aldeia passou a ser administrada por um civil. A partir desse momento, os Kinikinau passam a habitar um novo aldeamento chamado de Mato Grande, que posteriormente teria assistência do frei Mariano de Bagnaia. Ali ele ergueu uma Missão-Aldeia, que mais tarde veio a se chamar Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, isso no ano de 1851, tornando-se um aldeamento oficial do Império brasileiro (CASTRO, 2010).

Como dito anteriormente, a religião não era o foco principal dos Kinikinau ao procurarem as missões e sim os outros benefícios que encontrariam a partir do momento em que passassem a habitá-las. Castro assim descreve a situação relacional na aldeia de Bom Conselho:

Muito daquilo que foi considerado como elementos do sucesso da Missão de Bom Conselho, como o aprendizado de ofícios, o uso de novos instrumentos, a incorporação das vestimentas ocidentais, gestos de polidez e “boa educação”, mostrados pelos Kinikinau, aponta para o interesse e a avidez com que os povos Aruak-Guaná se relacionavam com os seus “outros”, seus objetos e

⁸ Maiores informações ver também Jesus (2001).

técnicas, e os quais os Kinikinau de Albuquerque e Miranda demonstraram serem portadores, e sem que com isso fossem assimilados por outros grupos (CASTRO, 2010, p.233).

Para Castro, os aldeamentos e as missões oficiais são vistos como um processo de territorialização que não pode ser considerado como uma imposição, pois foram procurados pelos Kinikinau, que neles pretendiam encontrar novos parceiros para continuarem a existência coletiva. Segundo a autora, o comércio com os moradores locais foi viabilizado “pelas antigas tendências e pelos princípios através dos quais eram portadores e que orientavam suas práticas sociais. A permanência de uma estrutura geral pautada na política de alianças e de trocas concorreu para sua adaptação às novas situações” (CASTRO, 2010, p. 315).

As relações de trocas se fazem muito presentes nesse período, principalmente após os indígenas da etnia Kinikinau passarem a trabalhar no comércio local, ou como mão de obra para algumas das obras empreendidas pelo governo provinciano. A partir desse momento, os laços relacionais entre Estado e etnia são fortalecidos pelo modelo de civilidade que os indígenas Kinikinau apresentavam, enquadrando-se no perfil de mão de obra requisitado pela província (JESUS, 2007).

A etnia, dessa forma, apresentava papel importante, servindo principalmente de mercadores e transportando os produtos da região de Corumbá para a de Cuiabá, além de servirem como barqueiros para os mais distintos tipos de utilização, desde expedições de pesquisadores até a procura de determinados objetos que algum órgão oficial buscava. Isso porque os Kinikinau eram exímios conhecedores dos rios da região (CASTRO, 2010; SILVA, 2001), como revela o exemplo abaixo:

(...) Cheguei a Albuquerque e de acordo com os Directores das Aldeias fiz organizar uma Companhia de sessenta Índios (trinta e oito kinikinãos e Vinte e dois Guanás) cujo os nomes contarão inclusos relações, que por Copia passo as mãos de V. Exa. por esta mesma gente mandei tirar (...) e fazer lenha em quanto outro serviço se não oferece. Delles são os dez homens que seguem nesta ocasião para essa cidade tripulando as duas canôas com os quinze praças e um alferes que vierão de Villa Maria. Os índios organizados resceberão duzentos reis por dia além do sustento. Encarreguei por ora, o capitão Manoel Jose de Carvalho de dirigi-los⁹. (Apud SILVA, 2001, p. 68)

⁹ Relatório de Herculano Ferreira Penna, em 03/05/1864. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

Segundo Silva, por meio dessa “associação” com os Kinikinau, o Estado Imperial buscava cada vez mais afirmar sua atuação mediante os instrumentos legais que possuía e seus diferentes campos de atuação. Os indígenas Kinikinau passaram a ser exaltados como de importância para a formação do Estado.

A partir de tal interação entre os Kinikinau e o governo provinciano, os indígenas passaram a exigir muitas contribuições para a manutenção de sua vida nas aldeias, bem como para continuar a prestar “auxílio” ao governo, demonstrando a sua importância para a manutenção da colonização da porção oeste do território brasileiro:

O chefe desta nação, chamado Miguel Vaapú, [referindo-se ao chefe dos Kinikináo] veio há pouco para a cidade afim de consertar suas ferramentas, e também para pedir a mesma mercê, que respeita a religião e civilização já pedida pela nação Guaná, e sahis para a sua aldêa, esperando pela mais solícita e eficaz providência que por certo obterá, quando se considere que os índios são os verdadeiros genuínos filhos da abençoada Terra do Cruzeiro, e mesmo quando se residem nesta província, são mui uteis e até necessários para socorrer com seus mantimentos a fronteira do baixo Paraguay, para remar canoas dos negociantes que se dirigem para a província de São Paulo – para trabalhar nos engenhos e serra acima, - enfim, para transportar cargas, caixas e lousas de porte geral para o centro da cidade; de sorte que merecem seja-lhe concedida perto deste porto geral uma porção de terra para fundar a sua aldêa com segurança e proteção, tanto para aquelles que se achão aqui de estada como para aquelles que vão e vem do baixo Paraguay à cidade para seu particular, ou público negócio, ou por mando do governo¹⁰ (*apud* SILVA 2001, p. 97)

Como demonstrado acima, além de provisões para o sustento do grupo era solicitado também que fosse providenciado aos Kinikinau, que se consideravam como “genuínos filhos da abençoada Terra”, uma porção territorial para que habitassem com o objetivo de se desenvolverem enquanto grupo e para a produção própria dos mantimentos que eram comercializados na região do “baixo Paraguay”, como colocado no registro, o que mostrava que a questão territorial sempre preocupou esse grupo étnico.

Um quarto aspecto a ser considerado é a instituição relacional ocasionada pela conhecida Guerra da Tríplice Aliança (“Guerra do Paraguai”); além de como foram importantes aliados do exército brasileiro e como passaram a ser tratados após o término da Guerra.

No ano de 1864, iniciou-se a conhecida Guerra da Tríplice Aliança, ocasionando grande participação das etnias que habitavam a região de conflito, onde,

¹⁰ Offício de José Maria Macerata, 1843: 34. IHGB.

segundo relatos, as etnias descendentes da nação Guaná aliaram-se ao lado brasileiro da luta. A participação dos Kinikinau tem expressão nos relatos encontrados pelos historiadores que trabalham com a temática e aqui serão apresentados.

Para Castro (2010), o envolvimento dos Kinikinau no conflito pelo lado brasileiro se justificava pela defesa de seus territórios, pois além de território brasileiro era, acima de tudo, o território no qual habitavam. Havia também a busca por um “sentimento” de lealdade por parte do Império brasileiro como forma de garantir benefícios posteriores. A autora também demonstra a importância da participação dos Kinikinau para o lado brasileiro no conflito, pois:

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, e a importância dos Kinikinau para a sobrevivência dos refugiados brasileiros na região dos Morros, na Serra de Maracaju, provendo-os com caça, pesca e plantio de cereais, além de realizarem a defesa armada patrulhando os arredores. Reconheceu o memorialista que os Kinikinau constituíram o grupo indígena em maior número concentrado no local, e o que tomou a decisão de subir o morro para abrigar-se, observando que, posteriormente, outros grupos o seguiram, como os Terena (Ibid. p. 243)

Dessa forma, a participação dos Kinikinau foi de suma importância para os fatos históricos relacionados ao lado brasileiro. Como apontado pela autora, eles objetivavam conquistar a lealdade do Império para que, posteriormente, pudessem negociar benefícios para seu povo.

Isso não ocorreu. Após a Guerra, a única coisa que restou aos Kinikinau foi a expulsão de seu território tradicional (que será trabalhada no tópico seguinte), o que os levou à dispersão para o território das demais etnias e, após algum tempo, a serem considerados como extintos.

Foram obrigados a buscar moradia em territórios próximos ao seu, junto a outros grupos indígenas que permitiram a entrada em seus territórios, como o caso dos Terena, que possuíam aldeamentos próximos a Agaxi.

Cerca de 50 anos após o término oficial do conflito, a etnia passou a ser considerada extinta pelos órgãos oficiais. Nesse período, passaram por seguidos processos de desterritorialização. Os “últimos” remanescentes da etnia eram obrigados, segundo depoimentos proferidos durante a realização da primeira assembleia Kinikinau, a se registrarem enquanto Terena.

Souza (2008) afirma que os Kinikinau vagavam também por fazendas vizinhas trabalhando como “quase escravos” e que somente após a criação da aldeia de São João, no município de Porto Murinho no ano de 1945, vieram a se reagrupar. A autora revela que eles, assim que passaram a habitar os territórios de “seus irmãos”, vivenciaram uma quase servidão em relação aos demais. A autora ressalta a perspectiva passiva frente aos demais povos, pelos quais foram subjugados historicamente, sofrendo com a imposição das demais etnias, como era registrado nos relatórios históricos já citados, o que se mantém na atualidade.

Durante as entrevistas para a realização do trabalho, no decorrer das conversas que tínhamos, os indígenas Kinikinau disseram que sua etnia “não é de briga”, ou seja, eles são pacíficos e não gostam de estabelecer intrigas e disputas com as demais etnias com as quais historicamente possuem aliança. Os Terena explicam que, devido à atual situação dos Kinikinau, devem auxiliar os “irmãos” até que possam reaver seu território tradicional, para que possam sobreviver. Os Terena vivem em um sistema de auxílio constante, já que os Kinikinau auxiliam em seu processo de retomada. Em troca, recebem o compromisso de serem auxiliados assim que iniciarem tal processo em relação ao seu território tradicional.

AS LUTAS PELA RECUPERAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL

Os Kinikinau buscam manter sua identidade como forma de lutar por seus direitos e “reconquistar” seu território tradicional. Conforme destacado por Cunha (1987), os grupos étnicos podem ser considerados como formas de organização política, algo que não se faz novo e pode servir de base para a análise do processo de “reconquista”.

Todos esses dados levaram à redescoberta do que Max Weber havia escrito há bastante tempo: de que as comunidades étnicas poderiam ser formas de organizações eficientes para a resistência ou conquista de espaços, em suma que eram formas de organização política” (CUNHA, 1987, p. 99).

A organização política Kinikinau começa a ser estruturada na primeira assembleia organizada pela etnia, realizada entre os dias 6 e 9 de novembro de 2014. No evento, eles trocaram experiências com lideranças de outras etnias que já se encontravam politicamente organizadas; discutiram as próximas ações que seriam tomadas em relação

ao encaminhamento que iriam realizar; e organizaram o primeiro conselho de representantes, instituído oficialmente em documento assinado pelos participantes. O conselho passa a representar publicamente e politicamente todos os participantes do grupo. No documento assinado, foi discriminado que as decisões adotadas pelo conselho são a expressão da vontade de todos da etnia, já que os representantes estão participando de todas as discussões estabelecidas pelo grupo.

A partir desse processo de “desinvisibilização”, começam a buscar por seus direitos civis e étnicos garantidos pela Constituição de 1988. Porém, por serem uma pequena etnia recentemente “redescoberta”, não recebem a devida atenção dos órgãos federais. Existem, nesse contexto, etnias com um maior contingente populacional e com processos mais adiantados de demarcação de terras.

A partir de tal consideração oficial, começaram a organizar-se por conta própria com o auxílio das etnias próximas, principalmente dos Terena, que se faz a etnia com maior proximidade histórica com eles. Dessa organização realizou-se, então, a primeira assembleia Kinikinau, ocasião em que apresentaram o início de uma participação política devido à formação do conselho representativo, o que levou os Kinikinau a ter uma maior e melhor representatividade no cenário nacional.

Assim, os Kinikinau desenvolveram um aspecto apontado por Haesbaert (2004, p.92):

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2004, p.92).

Isso é evidenciado na vivência Kinikinau em relação à unificação que eles vêm desenvolvendo, como demonstrado durante a organização e realização da primeira assembleia, que foi constituída em parceria com CIMI e FUNAI, porém por iniciativa do grupo.

Na assembleia, conforme já citado, foi organizado o conselho de representação eleito pelos Kinikinau de forma livre e organizada, em comum acordo, passando o conselho a deliberar pelos principais interesses da etnia e a representar a todos.



Dessa forma, a aglutinação ocorreu em torno da identidade que une a todos para a manutenção e busca pelos interesses do grupo; eles se aglutinam para o fortalecimento de sua identidade e para gerar uma melhor representatividade e uma maior expressão de forças perante a sociedade envolvente e a alçada governamental, com seus órgãos.

A partir do momento em que se organizam politicamente, passam a configurar um cenário que para as etnias indígenas se faz mais importante a cada dia, pois, agora, com o conselho de representantes, eles passam a integrar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), ajudando a organizar e buscar, além da manutenção, o cumprimento dos direitos dos indígenas. Ao integrar a Apib, passam a figurar dentro do cenário nacional da luta indígena, obtendo mais força e apoio para a sua causa.

Cunha traz uma importante análise da estruturação que a cultura passa em momentos de diáspora ou intenso contato. A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste*: esse novo princípio que a subtende, o dos contrastes, determina vários processos. “A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos” (1987, p. 99).

A função da cultura, nesse caso, passa a ser a garantia de sobrevivência das diversas características étnicas que a perfazem; apesar de assimilar características da demais culturas, os grupos mantêm diferenças que são ativadas gerando os fronteiramentos que os diferenciam dos “Outros”.

Ou seja, ao estabelecer uma territorialidade no território de outra etnia, podem conviver com seus hábitos e costumes, levando-os inclusive ao dia a dia. Adotam, por exemplo, sua língua enquanto dominante para expressar sentimentos, bem como seu modelo de vida. Mas continuam diferentes; com suas próprias práticas culturais, que podem se assemelhar com a sua, porém, em determinado ponto, elas vão diferir e vão fazer questão de ressaltar isso.

Assim acontece com a língua e práticas culturais entre os Kinikinau e os Terena: a maioria dos Kinikinau são bilíngues, falantes do Kinikinau para a comunicação



no interior da família, e do Terena, para o contato direto com a etnia que cede um território físico em variadas aldeias para o desenvolvimento da territorialidade Kinikinau.

Perante essa análise da cultura em diáspora, Cunha chega à seguinte conclusão: “Esse é um processo recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo (1987, p. 116)”. Ou seja, os fronteiramentos ocorrem em diferentes formas e graus. Continua Cunha:

Em suma, traços culturais poderão variar no tempo e no espaço, como de fato variam, sem que isso afete a identidade do grupo. Essa perspectiva está, assim, em consonância com a que percebe a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado. A cultura, portanto, em vez de ser o pressuposto de um grupo étnico, é de certa maneira produto deste” (Ibid., p. 116).

Da mesma forma, Hall defende que a identidade não é algo estático, mas, sim, construído, devendo ser chamada, segundo ele, de identificação, devido a seu contínuo processo de construção (HALL, 2003). Cunha (1987) considera que a Cultura formadora e ao mesmo tempo produto dessa identidade também é algo constantemente construído com o intuito de adaptação da etnia.

Origem e tradições são, portanto, os modos como se concebem os grupos: em relação ao único critério de identidade étnica, o de serem ou não identificados e se identificarem como tais, a origem e as tradições são, porém, elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que com isso se altere o fundamento da identidade étnica (Ibid., p. 117).

Uma das estratégias de resistência foi a reafirmação de traços identitários que estavam quase perdidos. Além da língua, também houve o “ressurgimento” da produção do artesanato tradicional, aspecto esse trabalhado pela professora Aila Villela Bolzan, em sua dissertação de Mestrado intitulada *Os Kinikinau de mato Grosso do Sul - A existência de um povo indígena que resiste*.

Apenas uma das anciãs ainda possuía tal prática artesanal. As mulheres organizaram-se e, com as técnicas transmitidas por ela, passaram a fazer artesanato como uma das formas de sobrevivência, construindo inclusive uma associação de mulheres Kinikinau para organizar e administrar a produção e venda das peças produzidas.

Figura 2 – Artesanato Tradicional Kinikinau.



Fonte: O autor (2011).

O fortalecimento da identidade vem da memória coletiva que os indivíduos pertencentes à etnia possuem. Nesse sentido, Halbwachs afirma que “Uma memória só existe quando é adquirida por um grupo/sociedade e que este grupo viva essa memória passando, para os demais esta memória conservada por eles” (2004, p. 94). Esse fato é realidade dentro da perspectiva Kinikinau, pois todo o histórico/história apresentado na fala dos Kinikinau se assemelham, demonstrando uma memória única entre todo o grupo.

Porém, essa memória foi negada aos indígenas Kinikinau pelo Estado durante o período em que se encontraram “dissolvidos”, em um processo, descrito por Silva (2001), onde para se ter o controle e dominação social do grupo, a memória oficial renega a memória deste, pois “[...] no contexto da dominação social, há memórias proibidas, clandestinas, marginalizadas, subterrâneas, cuja sobrevivência é ameaçada pela memória oficial, a qual busca silenciar as lembranças dos grupos socialmente dominados, relegando-as ao esquecimento” (FLÁVIO, 2011 p. 51 apud SAQUET, 2015, p. 17)

Para tanto, os Kinikinau se consideram como povo resistente, mantendo suas memórias, identidade, língua e demais aspectos mesmo durante esse processo de “dominação” do grupo pelo Estado.



A memória foi passada às futuras gerações em um processo descrito por Halbwachs: “Os fatos passados são-nos passados graças a memórias de nossos antepassados que contam estas e forma em nós memórias adquiridas neles sobre memória em que não vivemos” (2004, p. 110). É o que constrói o pertencimento das segundas gerações Kinikinau à sua identidade, que tem influenciado os jovens, que não participaram desta memória, a lutar agora pelos direitos negados historicamente pelo Estado a sua etnia. Os idosos da etnia representam a memória viva para embasar e orientar a luta pela sobrevivência e conquista de direitos que os jovens vêm travando nas últimas décadas, primeiro para o reconhecimento dos Kinikinau como uma etnia viva e, em seguida, para conquistar o direito a seu território tradicional. Assim, segundo Halbwachs:

Por mais que as memórias sejam coletivas de uma certa forma ela é particular ao indivíduo, pois a forma como ele viu esta é particular a ele (ou seja, ninguém viu igual a ele), porém esta memória particular só vai possuir sentido quando compartilhada em grupo, ou seja, quando houver a junção de (um monte) todas as memórias individuais em uma única memória comum a todos os membros do grupo (sociedade) (2004, p. 44).

A junção da memória dos fatos/acontecimentos históricos os quais os mais velhos presenciaram serão a memória coletiva de todo o grupo Kinikinau. A memória é passada às novas gerações pela oralidade.

No caso em questão, a oralidade serve de fonte de conhecimento sobre toda a história que os Kinikinau sabem sobre seus antepassados, sobre sua origem, sua trajetória e todo o deslocamento por que passaram até chegarem ao momento atual e ao território que estão habitando hoje.

Como afirma Amado e Ferreira, “As tradições indígenas tornam o lugar fundamental para a compreensão do passado, e mapeiam os eventos ao longe de montanhas, trilhas e rios que ligam territórios” (2005, p.162), o que compreende a sua cosmografia, mediante a qual poderemos verificar e entender a visão de identidade que possuem. Essa identidade recai sobre o seu processo de desterritorialização e territorialidade, dentro de todo o processo histórico. Segundo Paul Little: “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (2002, p. 04).



Portanto, os Kinikinau, em toda a sua trajetória desde a sua partida do Chaco até a sua atual habitação em terras Kadiwéu e Terena, passaram por várias fases de desterritorialização/territorialização, em que perdiam seu território e, por mais importante que fosse para eles, acabavam por encontrar um novo que permitia uma nova territorialização e reconstrução de todo o seu *status* sociocultural.

Dessa forma, o retorno ao território tradicional significa para os Kinikinau poderem reafirmar seu modo de ser enquanto povo, a partir de significações complexas. O território para tais comunidades passa a ser “componente essencial para a realização da vida social”.

O território próprio significa a criação de um efetivo poder sobre a sua reprodução enquanto grupo social. Esse poder, para Haesbaert (2004, p. 97), é “sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”. Dessa forma, os Kinikinau estabelecem um poder e um fortalecimento a sua luta, a partir do momento em que engendram uma maior aglutinação do grupo em torno de uma ideologia, que é a busca de seus direitos, sendo o principal requerimento a retomada de seu território tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de desterritorialização vividos pelos Kinikinau podem ser identificados em toda sua trajetória desde os primeiros registros colonizadores no século XVI.

Os Kinikinau souberam fazer uso do processo de desterritorialização para construir uma prática territorial de resistência contra todas as formas de violência colonizadoras, mercantis e do Estado, permanecendo assim Kinikinau.

No contexto de errância, ocorreram processos que levaram ao desenvolvimento de territorialidades, estabelecendo suas práticas e identificações independentemente do lugar e da condição. Em relação a esses termos, poderia ser de forma oculta, não falando abertamente sobre a sua identidade, porém esta era nutrida dentro de seus lares.

Essa errância, conforme afirma Maffesoli (2008), é que vai gerar a “revolta” em que se encontram os componentes do grupo hoje, “revolta” que corresponde ao

processo que está se estabelecendo com a reorganização do grupo para a busca por seus direitos como forma de reestabelecer a base socioterritorial.

Com o reconhecimento oficial da etnia, continuam lutando pelo fortalecimento da luta pelo território, pois no atual cenário em que se encontram é de extrema necessidade um território real onde possam desenvolver-se e garantir todos os aspectos pertinentes à etnia para o desenvolvimento das futuras gerações.

Após décadas de invisibilidade para a população em geral, causada pelo não reconhecimento dos órgãos federais responsáveis, que afirmavam documentalmente a “extinção” da sua etnia, os Kinikinau se “desinvisibilizam”, demonstrando a toda a população e aos órgãos federais que ainda são uma etnia viva, provando-se resistentes, como gostam de se afirmar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 7ª ed. 2005.

AZARA, Felix. **Voyages Dans l’Amerique Meridionale Depuis 1781 Jusqu’em 1801**. Paris: Ed. C. A Walckenaer, 1809.

CASTRO, I. Q. de. **De Chané-Guaná a Kinikinau**: da construção da etnia ao embate ente o desaparecimento e a persistência. (Tese de Doutorado). Unicamp. Campinas. São Paulo. 2010. 243 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível”**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 97-108.

FLORES, G. R. **A História e Trajetória do Povo Kinikinau. Xeti koinukunoen yoko yonoku**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Normal Médio Indígena Povos do Pantanal. 2010. 15 p.

GARCIA, A. de C.; CASTILHO, M. A. de. A Guerra do Paraguai e a Usurpação dos Territórios Indígenas. In. **Revista do Exército Brasileiro**. v. 153, n. 3, 2017. P. 79-88.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: RJ. Bertrand Brasil. 2004. 400 p.

- HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo. SP. Centauro. 2004.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 7ª ed. 2003.
- HERBERTS, A. L. História dos Mbayá-Guaicurú Panorama Geral. In. **Fronteiras**. Revista História UFMS. Campo Grande. MS. n. 2., jul./dez., 1998. p. 39-76.
- JESUS, N.T.de. **Kohicoti-Kipáe, a Dança da Ema** – memória, resistência e cotidiano Terena. (Dissertação de Mestrado). UNB. Brasília. 2007. 132 p.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002
- MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro. Record. 2001., D. B. **Pelo Espaço**: Uma Nova Política da Espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
- SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2015.
- SILVA, V. C. **Missão, aldeamento e cidade**: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá (1819-1901). Dissertação (Pós Graduação) Universidade Federal de Mato Grosso, 2001. 162 p.
- SILVA, G. J. da; SOUZA, J. L. de. **O despertar da Fênix**: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. Sociedade e Cultura. Vol. 6, n. 2, p. 2003. 199-208.
- SOUZA, I. **Koenukunoe Emo'u**: a língua dos índios Kinikinau. Tese (doutorado). UNICAMP, 2008. 196 p.
- VIRILIO, P.; LOTRINGER, S. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. Trad. Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo. Brasiliense. 1984.

Recebido em agosto de 2022.

Revisão realizada em novembro de 2022.

Aceito para publicação em janeiro de 2023.